



## **PCMG prende dez suspeitos de fraudes bancárias na operação Clone**

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) prendeu, em três etapas da operação Clone, dez integrantes de uma organização criminosa especializada em fraudes bancárias, que atua em todo território nacional. O prejuízo às vítimas foi estimado em mais de R\$ 2 milhões. Segundo apurado, o grupo vinha aplicando o golpe há cerca de quatro anos e ostentavam uma vida de luxo nas redes sociais.

As investigações tiveram início em junho de 2019, quando a Delegacia Especializada em Investigação e Repressão ao Roubo a Banco, do Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra o Patrimônio (Depatri), notou um aumento do número de fraudes bancárias no estado. Com os levantamentos, os policiais identificaram três suspeitos e, no dia 7 de julho do ano passado, prenderam o trio em flagrante.

Nessa ação, foram apreendidos vários materiais, como máquinas de cartões, documentos adulterados, cartões de crédito em nome de terceiros, solventes e produtos utilizados para “lavar” documentos, impressora, entre outros.

Dando continuidade às apurações, os policiais identificaram outros três integrantes do grupo, sendo que dois deles foram presos em Contagem, Região Metropolitana, no dia 17 de setembro. O outro investigado estava com mandado de prisão em aberto e foragido. Os trabalhos de busca culminaram na prisão dele, no último dia 23, na cidade de São Paulo.

Já na terceira fase da operação, os policiais identificaram mais quatro integrantes da organização criminosa. Eles foram presos em dezembro do ano anterior. Um dos suspeitos estava foragido no Rio de Janeiro.

Até a presente data, foram presas dez pessoas e outros seis integrantes da quadrilha foram identificados. Quatro suspeitos estão com mandados de prisão em aberto, em situação de foragidos, já os outros dois tiveram sugeridas suas prisões preventivas, aguardando o parecer da Justiça.

### **Ação dos criminosos**

A organização criminosa agia da seguinte forma: um dos suspeitos é proprietário de uma empresa, sendo ele o responsável por repassar aos demais integrantes os dados pessoais de futuras vítimas (nome, RG, CPF, CNH, endereço etc.). Munidos de todas as informações pessoais da vítima, eles realizavam a adulteração da carteira de motorista por computador, trocando a foto da vítima pela fotografia de um dos estelionatários.

Com o documento falso em mãos, solicitavam abertura de conta e cartões de crédito em bancos virtuais. Os cartões de crédito em nome das vítimas, logo que chegavam aos golpistas, eram desbloqueados e todo valor do limite descarregado nas máquinas de cartões pertencentes à organização, além de serem utilizados em compras pela internet e em viagens. Em vários casos, os criminosos também utilizavam os documentos adulterados para financiar veículos.

Segundo o delegado responsável pelo caso, Gustavo Barletta, “os suspeitos foram indiciados pelos crimes de estelionato, falsificação de documento público e privado e organização criminosa, podendo chegar a 20 anos de prisão”, conclui.

As investigações continuam a fim de identificar e prender outros envolvidos no mesmo grupo criminoso.